


Pesquisa-ação, produção de conhecimento e Serviço Social


Action Research, knowledge production, and Social Work

Geisa BORDENAVE

 <https://orcid.org/0000-0001-8607-9685>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Departamento de Política Social,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
e-mail: geisabordenave@gmail.com

Rafael Soares GONÇALVES

 <https://orcid.org/0000-0001-8887-8931>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Curso de Serviço Social,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
e-mail: rafaelsgoncalves@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre a metodologia de pesquisa-ação e produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social. As reflexões teóricas e metodológicas desenvolvidas no artigo são fruto de análises desenvolvidas pelos autores, tanto em pesquisas envolvendo a temática, quanto em reflexões teórico-práticas desenvolvidas, a partir de campo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS), do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Desta forma, o objetivo central do artigo é refletir sobre a metodologia da pesquisa-ação, as possibilidades de produção de conhecimento a partir dela, e suas conexões com o Serviço Social, considerando sua dimensão investigativa e interventiva e o projeto ético-político.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Produção de conhecimento. Projeto ético-político. Dimensão investigativa do Serviço Social.

Abstract: This article reflects on Action Research methodology and knowledge production in the field of Social Work. The theoretical and methodological reflections developed here are the result of analyses developed by the authors, both in research involving the subject and in theoretical-practical reflections developed from research linked to the Urban and Socio-environmental Studies Laboratory (LEUS) of the Social Work Department at PUC-Rio. The main aim is to reflect on Action Research methodology, the possibility of producing knowledge from it, and its connections with Social Work, considering its investigative and interventional dimension and the ethical-political project.

Keywords: Action Research. Knowledge production. Ethical-political project. The investigative dimension of Social Work.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende refletir sobre a metodologia da pesquisa-ação, as possibilidades de produção de conhecimento a partir dela, e suas conexões com o Serviço Social, considerando sua dimensão investigativa e interventiva e o projeto ético-político. Partiremos de reflexões teóricas e metodológicas, que se originam de experiências de projetos de pesquisa realizados pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS), grupo de pesquisa do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio¹, principalmente o campo de pesquisa da Chácara do Catumbi.

¹ O LEUS foi fundado em 2009 e, desde então, vem realizando projetos de pesquisa e extensão, promovendo cursos e atuando na formação de alunos de graduação e pós-graduação. O grupo, embora vinculado ao

Os projetos conduzidos pelo LEUS trazem uma reflexão sobre espaços periféricos, sobretudo favelas, e com ênfase em seus aspectos históricos. No presente artigo, interessa-nos refletir sobre a metodologia de pesquisa-ação e produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, considerando como principal campo de pesquisa o projeto que envolveu o caso de reconhecimento da propriedade coletiva da Chácara do Catumbi.

A partir de uma pesquisa internacional sobre comuns fundiários urbanos, financiada pela Agence Française de Développement (AFD), o LEUS conduziu um estudo de caso sobre o processo de usucapião urbana coletiva da mencionada Chácara do Catumbi, localizada no bairro homônimo aos pés do Morro da Mineira. O processo de usucapião foi proposto com o patrocínio da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, mas foi posteriormente assumido pela Pastoral de Favelas, já nos termos finais da ação, por conta de dificuldades financeiras da mencionada fundação.

Ao tomar conhecimento de que a Pastoral de Favelas decidiu participar, junto com um grupo de arquitetos, de um edital para projetos de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), possibilitado com base na Lei Federal nº 11.888/2008, com recursos provenientes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro (CAU-RJ), o LEUS se propôs a coordenar a equipe social do projeto, que não contava com recursos financeiros no escopo do mencionado projeto ATHIS. O objetivo desse projeto era realizar a pesquisa preliminar para a constituição do condomínio especial, cuja convenção deveria ser registrada após o registro de sentença declaratória da usucapião coletiva especial urbana. Essa equipe foi composta por uma assistente social, que cursou seu mestrado no LEUS e que também era bolsista de apoio técnico pela FAPERJ à época, o próprio coordenador do LEUS e de uma bolsista de iniciação científica. O projeto ATHIS foi conduzido durante o ano de 2019 e era prevista a busca de outros recursos para dar andamento à redação final da convenção do condomínio especial com seu devido registro. No entanto, a chegada da pandemia de Covid-19 em fevereiro de 2020 impossibilitou o andamento do projeto, prejudicando seus desdobramentos.

Esse trabalho de pesquisa-ação, realizado na Chácara do Catumbi, tornou-se o campo de estudo de uma outra pesquisa mais ampla no âmbito do projeto *Copolis – co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil*¹, onde foram analisados campos de pesquisa em ambos os países, sendo a Chácara do Catumbi o caso eleito para se constituir como o campo de pesquisa do projeto na cidade do Rio de Janeiro.²

Nesse contexto, pretendemos trazer reflexões mais específicas, a partir das formas de atuação do LEUS nesse projeto. Na primeira seção, trataremos da conceituação da metodologia de

departamento de Serviço Social, prioriza uma atuação pluridisciplinar com ênfase em pesquisas históricas urbanas.

Ainda que a PUC-Rio seja considerada uma universidade de elite, ela possui uma importante política de inserção de estudantes periféricos, a partir de um vasto programa de bolsas. Sabemos que esse projeto, assim como todo o projeto de ação afirmativa do ensino superior brasileiro, ainda está em construção e merece uma constante mobilização política para sua consolidação e aprofundamento. O Departamento de Serviço Social foi pioneiro desse projeto na PUC-Rio, e vem desde os anos de 1990 formando lideranças, militantes e moradores em geral de áreas periféricas, que trouxeram uma profunda renovação nos debates acadêmicos, assim como souberam utilizar das ferramentas do ensino superior para aprofundar sua atuação política (Salvador; Gonçalves, 2022).

² Acerca do debate sobre esse projeto, ver Gonçalves e Bordenave (2023).

pesquisa-ação, com ênfase para o aspecto participativo e suas implicações para o processo de pesquisa e intervenção. Na segunda seção serão trazidas reflexões sobre a metodologia de pesquisa-ação, associada à noção de “ciência engajada”, ou seja, a perspectiva de pesquisa com compromisso e transformação social. Na terceira e última seção refletiremos sobre a dimensão da produção de conhecimento através da pesquisa-ação, considerando o campo de conhecimento do Serviço Social, profissão historicamente marcada pelas dimensões da intervenção e da pesquisa.

Aspectos metodológicos e éticos da pesquisa-ação

A definição da metodologia de pesquisa-ação, de acordo com Tripp (2005), não é simples de ser realizada, considerando que foi desenvolvida sob diferentes formas, visando também diferentes aplicações. O termo pesquisa-ação foi cunhado inicialmente por Lewin, na década de 1940, e após isto passa a ser um termo acionado para fazer referência a alguns processos diferentes entre si, são eles: pesquisa-diagnóstico, pesquisa participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental (Tripp, 2005).

A pesquisa-ação, em sua origem, está associada a uma necessidade de pesquisadores do campo das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas, principalmente, de criar uma metodologia adequada para contextos sociais, onde o pesquisador e o campo de pesquisa estabelecem relações próximas, não havendo possibilidade de uma clássica separação entre *pesquisador* e *objeto* (Barbier, 2004). Cabe destacar que esta suposta separação entre *sujeito* e *objeto* rende historicamente no campo das Ciências Sociais e Humanas muitas análises e questionamentos, e a tendência predominante na contemporaneidade é de afastamento deste modelo científico-natural de objetividade, e de compreensão de que há uma identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento enquanto seres sociais, assim, “[...] o observador é, de uma maneira ou outra, parte da, ou implicado pela realidade social que ele estuda, não havendo portanto esta distância, esta separação que caracteriza a relação de objetividade do cientista natural com o mundo ‘exterior’” (Löwy, 1994, p. 194).

Conforme resumido por Tripp (2005), foi a partir dos estudos de Deshler e Ewart (1995), que foram identificadas as seis principais formas de aplicação da pesquisa-ação, desenvolvidas entre as décadas de 1940 e 1990³. Cabe, no entanto, retornar a uma tentativa de definição de pesquisa-ação, considerando suas diversas possibilidades de aplicação como mencionado anteriormente, mas concentrando o olhar sobre as possibilidades no campo da produção de conhecimento). A pesquisa-ação se materializa quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Essa ação é, assim, problematizada através da elaboração de uma pesquisa (Thiollent, 1986). Para Souza (1997, p. 67), nesse contexto, a pesquisa-ação se manifesta pelos seguintes aspectos: “a ação transformadora, a produção de conhecimentos e a prática da participação”.

Conforme analisa Tripp (2005), o processo da pesquisa-ação possui alguns pressupostos. O primeiro é de que a pesquisa-ação é iniciada com um reconhecimento, ou seja, uma análise

³ “No final da década de 1940 e início da década de 1950, utilizava-se em administração (Collier) desenvolvimento comunitário (Lewin, 1946), mudança organizacional (Lippitt, Watson; Westley, 1958) e ensino (Corey, 1949, 1953). Na década de 1970, incorpora-se (com finalidades de) mudança política, conscientização e outorga de poder [empowerment] (Freire, 1972, 1982), pouco depois, em desenvolvimento nacional na agricultura (Fals-Borda, 1985, 1991) e, mais recentemente, em negócios bancários, saúde e geração de tecnologia, via Banco Mundial e outros” (Tripp, 2005, p. 445).

situacional que ocorre no momento do planejamento da pesquisa. O segundo corresponde à natureza iterativa da pesquisa-ação, que seria sua “[...] característica isolada mais distintiva” (Tripp, 2005, p. 453). O terceiro diz respeito à prática reflexiva como elemento que deve permear todo o ciclo da pesquisa-ação. O quarto pressuposto se refere à tendência a ser participativa. Sobre este aspecto, Tripp (2005) enfatiza que, desde seu surgimento, a pesquisa-ação é pensada como um método participativo, sabendo que existem diversas visões acerca do significado de *participação*.

Há diversas pesquisas que se dedicam a compreender como se dá o processo da pesquisa-ação, como se houvesse a possibilidade de o elemento da participação não estar presente neste processo, mas outros estudos a entendem como estritamente necessário, como um “[...] processo coletivo de consequências políticas [...]” (Tripp, 2005, p. 454), e é nesta percepção que estamos interessados. Ou seja, estamos considerando como a metodologia de pesquisa-ação é capaz de produzir conhecimento com base na prática/intervenção, visando à transformação social, compreendida, no contexto do presente trabalho, a partir da ação política que pode resultar em transformação da ordem social, conforme ressalta Fals Borda (2015). Neste sentido, trata-se de uma lógica política: pesquisa-ação socialmente crítica / pesquisa-ação emancipatória. O que denominamos aqui como um possível processo de transformação social se relaciona, a partir da concepção de Marx (2001), com as contradições e lutas de classes que surgem, a partir da base material da sociedade capitalista. Neste sentido, a ideia de transformação social se conecta com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, materializado no Código de Ética de 1993, que prevê a vinculação da categoria a um “[...] processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Conselho Federal de Serviço Social, 1993, p. 24).

Por sua vez, Thiollent (1986) define que a pesquisa-ação

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 50).

Compreende-se, assim, que a questão da participação é um dos elementos centrais para pensar e conceituar a pesquisa-ação. A partir desta perspectiva, a pesquisa-ação consistiria em uma metodologia de pesquisa social que busca a resolução de um problema coletivo e “[...] no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo” (Thiollent, 1986, p. 14). Ainda sobre o debate da participação, Adelina Baldissera afirma que a pesquisa-ação supõe uma co-implicação no trabalho dos pesquisadores e das pessoas envolvidas no projeto, socializando experiências e conhecimentos teóricos e metodológicos da pesquisa, constituindo uma forma de democratização do saber, “[...] visto que os setores populares vão adquirindo domínio e compreensão dos processos e fenômenos sociais nos quais estão inseridos, e da significação dos problemas que enfrentam” (Baldissera, 2001, p. 8).

A questão da participação como elemento central traz implicações para refletirmos também sobre um item destacado na literatura produzida a respeito desta metodologia: a ética no processo de pesquisa-ação. Tripp (2005) enfatiza que “[...] embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se

distingue claramente da pesquisa científica tradicional [...]” (Tripp, 2005, p. 447), sobretudo porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo em que altera o que está sendo pesquisado “[...] é limitada pelo contexto e pela ética da prática” (Tripp, 2005, p. 447).

Os limites éticos envolvem algumas questões: a não imposição da visão do pesquisador, que no caso da pesquisa-ação está comprometido com a intervenção/transformação, se configura como um dos elementos centrais. Assim, destaca-se a necessidade de reflexão sobre a dimensão pedagógica da práxis, que é uma dimensão dialógica, nos termos de Paulo Freire (2011): a perspectiva da transformação social, do ponto de vista ético e político, precisa estar fundada no reconhecimento dos sujeitos políticos e na valorização do seu protagonismo. A dimensão dialógica nos leva a refletir sobre a relação entre ação-reflexão. Para Freire (2011, p. 47) “[...] não há palavra verdadeira que não seja práxis [...]”, e, seguindo esta mesma perspectiva, “[...] o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (Freire, 2011, p. 47).

Duas questões nos parecem importantes de sublinhar em relação à prática do LEUS e, mais especificamente, à atividade realizada na Chácara do Catumbi. Em primeiro lugar, a escolha privilegiada de espaços periféricos pelas pesquisas do LEUS, que podem ser inclusive os próprios locais de moradia ou de atuação militante dos alunos, suscita um novo debate acadêmico sobre tais temáticas. Nesse contexto, é importante salientar a importância da pesquisa-ação em conduzir um debate profícuo com as novas configurações da academia brasileira, sobretudo após a implementação das políticas de ação afirmativa. Para Fals Borda (1988), a potencialidade de toda pesquisa participante “[...] está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade” (Fals Borda, 1988, p. 60). Para o autor colombiano, este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica, na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo.

A inserção privilegiada dos alunos no campo enriquece a pesquisa e demanda obviamente precauções metodológicas diante da proximidade do pesquisador com seu campo de pesquisa, embora não estejamos partindo da compreensão de uma separação dicotômica entre *sujeito* e *objeto de pesquisa*. Embora acreditemos no excepcional caráter político de pesquisas que sejam realizadas pelos próprios moradores, não defendemos tampouco que eles devam abordar necessariamente seus locais de moradia. De um lado, entendemos que trabalhar temas alheios à sua experiência direta é também importante e, de outro lado, é preciso ter cuidado para não enclausurar moradores em temas de pesquisa restritos aos seus locais de moradia e a realidade na qual estão diretamente inseridos. Moradores podem e devem trabalhar outros bairros periféricos, onde não moram, e mesmo questões envolvendo outros temas urbanos. Isso, certamente, enriqueceria o debate sobre nossas cidades.

Uma segunda reflexão, mais relacionada com o projeto da Chácara do Catumbi, diz respeito às fronteiras de nossa atuação profissional e como pesquisador. Por vezes, durante a realização do projeto ATHIS, a equipe social tinha vontade de intervir, mas o cuidado com a escuta dos moradores e o esforço do pesquisador de apreender a realidade, nos levavam, em certos momentos, a um certo silenciamento observador do campo de pesquisa. No entanto, em algumas situações do projeto, nossos interlocutores esperavam nossa intervenção. Essa dialética de saber o momento de intervir e o momento de silenciar não é simples e requer uma atenção constante no exercício da pesquisa-ação.

Sobre essa questão, Fals Borda sublinha que na pesquisa-ação o pesquisador experimenta ser sujeito e objeto de sua própria pesquisa. No entanto, para o autor, é necessário enfatizar um ou outro papel no decorrer do processo em uma sequência de ritmos no tempo e no espaço, que incluem aproximar-se ou afastar-se da ação e/ou reflexão. Nesse sentido, ele identifica um elemento importante para que o pesquisador não se perca nesse processo: “[...] o seu compromisso com a população envolvida na ação e sua inserção pessoal nas atividades de ação e pesquisa” (Fals Borda, 2015, p. 263). Esse tipo de questionamento se manifesta mais abertamente em profissões, que se caracterizam pela intervenção na realidade, como é o caso do Serviço Social. Assim, a tensão que envolve saber quando falar/intervir e quando ouvir/observar, permeia todo o processo e se relaciona com as dimensões pedagógica e ético-política de uma profissão eminentemente interventiva e que se propõe a fortalecer o protagonismo da população envolvida (Bordenave, 2023). Trata-se, assim, como veremos a seguir, de intervir na realidade sem impor posições pré-estabelecidas e em permanente diálogo com os saberes locais.

Pesquisa-ação como método para uma “ciência engajada”?

A metodologia de pesquisa-ação suscita algumas reflexões relevantes sobre o que se pode compreender como uma ciência engajada, partindo do pressuposto de que estamos considerando a visão de uma pesquisa-ação que tem como centro a participação, sendo considerada, portanto, nos termos de Tripp (2005, p. 458), como “socialmente crítica”. A fim de avançar na análise proposta, retomamos a perspectiva de Fals Borda, que aponta a noção de um rompimento da dicotomia sujeito-objeto como uma das premissas básicas da pesquisa-ação envolvendo os pesquisadores engajados. Fals Borda (2008) propõe, desta forma, a partir da *Investigación Acción Participativa* (IAP), uma relação sujeito-sujeito, que pressupõe “[...] uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa” (Fals Borda, 2008, p. 59), enfatizando as potencialidades de produção de um “[...] novo conhecimento sólido” (Fals Borda, 1986, p. 59). Como mencionamos, em muitas das pesquisas realizadas pelo LEUS, essa relação sujeito-sujeito é ainda mais complexa, já que a figura do sujeito/pesquisador se mescla por vezes com a do sujeito da ação e da pesquisa.

A metodologia IAP se consolida a partir da década de 1970, tendo como marco o Simpósio Internacional de Cartagena, realizado em 1977, que impulsiona a expansão da metodologia tanto na Colômbia quanto em outros países, sobretudo latino-americanos, nomeando assim a perspectiva de pesquisa-ação realizada por investigadores comprometidos com a participação social, tal como analisado por Fals Borda (2014). Cabe destacar que a metodologia recebeu diferentes denominações ao longo de seu processo de formulação, tais como: telética, investigação-militante, compromisso-ação, estudo-ação / investigação-ação, e por fim, IAP (Cichoski, 2021). Apesar das distinções que podem ser identificadas nestes diferentes momentos/nomenclaturas, o cerne da metodologia está em um compromisso político com relação à pesquisa social, e, portanto, uma noção de ciência/pesquisa engajada que sofre modificações e aprimoramentos ao longo das décadas que seguem.

Cichoski (2021) elabora uma síntese dos elementos de construção da IAP, a partir da obra de Fals Borda, onde destaca as principais contribuições da metodologia, desde a década de 1970 até a contemporaneidade, são algumas delas:

- “Consciência política e social” (Cichoski, 2021, p. 62) no que se refere à necessidade de conhecer e trabalhar visando à transformação social;
- Aprendizado a partir da “[...] experiência popular, por meio da práxis” (Cichoski, 2021, p. 62);
- Compromisso com as bases populares, valorizando seus modos de vida, saberes e culturas;
- Inserção social como caminho de ação;
- “Devolução sistêmica” (Cichoski, 2021, p. 62), partindo do pressuposto de que os sujeitos envolvidos são parte do processo;
- Comunicação adequada, “[...] respeitando os sujeitos como donos do conhecimento que se está construindo” (Cichoski, 2021, p. 62).

A autora enfatiza ainda algumas prerrogativas que perpassam a metodologia da pesquisa-ação, mais especificamente da IAP, proposta por Fals Borda, considerando a relação sujeito-sujeito como o cerne do método, e que se conectam com a perspectiva de uma investigação militante como modo de trabalho, um movimento permanente de ação-reflexão, e a busca contínua por uma ciência que seja útil e popular. Assim, a postura do pesquisador que faz uso do método proposto deveria ser antidogmática e doutrinária, assim como comprometida com a busca por relações horizontais e respeitadas (Cichoski, 2021). Na perspectiva de uma ciência engajada, Fals Borda destaca a necessidade de o intelectual assumir não apenas o compromisso de pensar, falar e escrever de forma crítica, mas de incidir a pesquisa no debate político.

Nesse sentido, compreendemos ser importante repensar as fronteiras dos fundamentos da universidade brasileira, dividida em pesquisa, ensino e extensão, ou ao menos analisar tais fronteiras de forma mais porosa. A inserção da universidade na sociedade não se dá somente por projetos de extensão, assim como tais projetos também dialogam com a pesquisa e incidem no ensino, ou seja, o engajamento social da universidade deve questionar incessantemente nossos interesses de pesquisa e nossos currículos. Da mesma forma, entendemos que as formas de difusão de conhecimento devem ser mais acessíveis de forma a incidir no debate público. A restituição da pesquisa nos locais onde trabalhamos deve ser uma prioridade e não pode se limitar aos instrumentos tradicionais, como artigos ou livros, mas também deve utilizar outros canais, como, por exemplo, as redes sociais, exposições e ou os diferentes formatos audiovisuais.

O projeto específico da Chácara do Catumbi se constituiu como uma assessoria técnica, que procurou realizar um diagnóstico socioeconômico da população dessa localidade, assim como uma descrição arquitetônica das construções existentes. O projeto aplicou dinâmicas distintas para trabalhar as práticas locais de gestão comunitária da área, com o intuito de obter subsídios para a elaboração da convenção do condomínio especial. Apesar do esforço, os resultados nem sempre foram exitosos (Gonçalves; Vale, 2021). O uso de grupos de *WhatsApp*, como forma de comunicação com os moradores do local, se mostrou um canal importante de diálogo, assim como um espaço rico de observações. A pandemia impediu justamente o esforço de restituição dos resultados da pesquisa, assim como limitou infelizmente os possíveis desdobramentos da experiência no local.

Produção de conhecimento a partir da Pesquisa-ação: conjugando as dimensões interventiva e investigativa do Serviço Social

A gênese do Serviço Social no Brasil como profissão institucionalizada, na década de 1930, está associada à Igreja Católica, e uma perspectiva conservadora/filantrópica. A categoria profissional surge, neste momento, a partir da necessidade de o Estado oferecer respostas para as expressões da questão social, sendo o Serviço Social a categoria profissional chamada a atuar junto ao Estado para atenuar tais sequelas (Iamamoto; Carvalho, 1993).

O processo de profissionalização da categoria, a partir dos anos 1940, buscou no estrutural-funcionalismo estadunidense a base teórica e técnica para atuar. Observa-se a construção de uma base teórico-prática para afastar a profissão da perspectiva caritativa dos seus primeiros anos, mas sem um escopo crítico da realidade contrastada pela profissão. No entanto, a partir dos anos 1970, há a emergência paulatina de uma posição mais crítica, de base marxista. Esse movimento de Reconceituação questionou o conservadorismo da profissão, constituindo o denominado projeto ético-político profissional. Tal projeto modifica as bases teóricas e a autoimagem da profissão (Yazbek; Iamamoto, 2019). Assim, os valores da categoria profissional passam a ser norteados por um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, ampliação da democracia e pela busca por uma ordem social livre de opressões e exploração (Conselho Federal de Serviço Social, 1993). É possível afirmar que o projeto profissional, que é também por conta de seus valores, um projeto societário, apresenta “[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas” (Netto, 1999, p. 98).

O Serviço Social brasileiro, portanto, a partir da ruptura com o conservadorismo e consolidação do projeto ético-político, tem produzido reflexões sobre as diferentes dimensões que de forma indissociável compõem o fazer profissional – ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica (Guerra, 2009). Na esteira desta análise, a noção de que teoria e prática são também indissociáveis deve ser considerada: “[...] investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser encaradas como dimensões separadas” (Sousa, 2008, p. 122). Assim, avançando na perspectiva de uma ciência engajada e militante, o Serviço Social brasileiro, ao longo de sua história, vem se configurando como campo profissional e de conhecimento que considera a dimensão investigativa – de pesquisa – como necessariamente imbrincada com a dimensão interventiva – da prática.

[...] a investigação e a intervenção elementos que, embora de naturezas distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão [...]. Do mesmo modo, afirmam-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício do assistente social, vislumbram-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita (Guerra, 2019, p. 2).

Nesse contexto, Thiollent (1986) indica que o Serviço social constitui um excelente campo de aplicação e de possível desenvolvimento da pesquisa-ação, já que tal metodologia “[...] pode permitir um melhor equacionamento dos problemas de aproximação à realidade social, de inserção dos pesquisadores e profissionais e de suas formas de intervenção” (Thiollent, 1986, p. 82). A fim de refletir sobre a produção de conhecimento a partir da pesquisa-ação, cabem algumas considerações sobre a relação dialética entre teoria e prática, considerando a junção entre estas duas esferas no campo da pesquisa social que se utiliza da pesquisa-ação. A relação

dialética entre teoria e a prática “[...] se dá pela retro-alimentação contínua entre reflexões críticas e ações transformadoras” (Jaumont; Varella, 2016, p. 432).

No que se refere à produção de conhecimento, o que se afirma, então, é que a dimensão teórico-reflexiva possui o potencial de ampliar a efetividade das ações e das lutas, contribuindo para a compreensão da realidade e para a elaboração conceitual e teórica.

Nesse sentido, é mais que uma articulação entre referidas dimensões, é, na realidade, uma constituição recíproca entre a dimensão do conhecer e a do fazer e transformar, ou seja, são momentos que se constroem de maneira mútua e recíproca, conformando uma unidade em sua diversidade (Jaumont; Varella, 2016, p. 432).

A discussão sobre *ciência engajada* encontra ressonância na perspectiva do projeto ético-político profissional da categoria de Serviço Social, uma vez que compreendemos aqui a noção desta perspectiva de ciência como uma recusa a uma suposta neutralidade científica, e um determinado posicionamento ético-político. Assim, partimos das reflexões anteriores, que demonstram as potencialidades da pesquisa-ação no campo da pesquisa social, no que se refere a produzir conhecimento baseados nas relações concretas e com o horizonte da transformação da realidade social.

No campo de conhecimento do Serviço Social, portanto, alinhados a uma perspectiva de transformação social, se enfatiza que “[...] a necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento [...]” (Guerra, 2019, p. 4), sendo ainda necessário conhecer para intervir. A origem do Serviço Social nos remete a práticas conservadoras de atuação nos espaços periféricos, seja na participação em remoções de favelas ou na imposição de programas de desenvolvimento de comunidades (Gomes, 2015). Se a visão crítica atual questiona tais práticas e suscita uma reflexão mais qualificada sobre a atuação profissional nas políticas habitacionais, é importante que seja constantemente atualizada diante das novas configurações das expressões da questão social.

O próprio conceito de participação/processo participativo, que é central quando pensamos a metodologia de pesquisa-ação, também é caro ao campo do Serviço Social crítico e comprometido com a transformação social, compreendendo-o como instrumento de fortalecimento da democracia, para a ampliação de direitos e para o protagonismo dos sujeitos, entendidos como sujeitos de direitos (Diniz, 2012). Assim, compreende-se que nos processos em que a participação dos sujeitos é central, há a colaboração para a organização política das classes populares e a possibilidade de criação/consolidação de espaços de poder e fortalecimento do senso crítico (Conselho Federal de Serviço Social, 2016).

Entendemos que, nessa direção, a pesquisa-ação pode contribuir na reflexão crítica sobre a atuação profissional, e com um processo de produção de conhecimento que leve em consideração a potencialidade dos múltiplos saberes envolvidos.

Considerações Finais

A pesquisa-ação demanda uma quebra de assimetria, tanto no âmbito conceitual quanto no prático. Fals Borda (2020) nomeia esse processo de “[...] compromisso existencial [...]” (Fals Borda, 2020, p. 194), que pressupõe uma ruptura, que leve a “[...] transformações pessoais, culturais e epistemológicas” (Fals Borda, 2020, p. 195). Assim, conforme analisamos nesse

artigo, a metodologia de pesquisa-ação se mostra capaz de produzir conhecimento com base na prática/intervenção, visando à transformação social. No caso do projeto da Chácara do Catumbi, cabe destacar que a aplicação da metodologia de pesquisa-ação possibilitou que a atuação do LEUS ultrapassasse a perspectiva pontual do trabalho social desenvolvido – limitado pela temporalidade de um projeto ATHIS — e pudesse se constituir como um campo de pesquisa. É, nesta medida, um exemplo empírico de um campo que se conjuga na dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social.

Trata-se, desta forma de uma dimensão dialógica, que, caso tenha a participação como centro, reconhece o protagonismo dos sujeitos envolvidos na pesquisa, o que nos leva a refletir sobre a relação entre ação/reflexão. Essa dimensão de ciência comprometida nos traz para o horizonte da incidência da produção de conhecimento, como mecanismo de transformação da realidade social, além de uma produção de conhecimento mais qualificada diante das complexidades da vida social.

Como qualquer profissão eminentemente interventiva, o Serviço Social precisa lidar com os desafios de intervir, questionando e, portanto, refletindo sistematicamente sobre sua atuação. Não se trata aqui de sublinhar uma visão *messiânica* ou ingênua da profissão e de suas possibilidades transformadoras, a partir da intervenção/investigação. Afinal, o horizonte de transformação da realidade social não se constitui a partir de meras ações individuais, sendo necessário, além de pensar a dinâmica de transformação de forma coletiva, confrontá-la com os limites e as possibilidades postas na realidade social (Iamamoto, 2000). Assim, a pesquisa-ação se mostra uma possibilidade de metodologia que se conecta ao projeto ético-político profissional do Serviço Social, conjugando as dimensões interventivas e investigativas, e colaborando para uma não dicotomização de teoria e prática.

Os desafios metodológicos postos pela aplicação de uma pesquisa-ação, que pressupõe engajamento social, perpassam a relação sujeito da ação e sujeito da pesquisa. De um lado, a figura do pesquisador comprometido com a transformação social, não pode se confundir com um pesquisador que impõe sua visão de mundo aos interlocutores de pesquisa. De outro, o pesquisador que é muitas vezes também sujeito implicado no seu campo de pesquisa necessita de estratégias metodológicas, que possibilitem uma análise do campo de ação e de pesquisa de forma a conjugar os papéis de sujeito ativo de determinada realidade específica e de pesquisador. Nesse sentido, a ação afirmativa nas universidades não somente democratiza o acesso ao ensino superior, mas vem suscitando questionamentos sobre a própria atuação da universidade na sociedade, de forma que ela seja menos excludente e elitista e mais comprometida com as demandas sociais.

Por fim, ao produzir conhecimentos em diálogo com a práxis, a pesquisa-ação qualifica a atuação crítica do pesquisador e profissional de Serviço Social – e possivelmente de outras categorias profissionais no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. A pesquisa-ação, desta forma, pode contribuir para o fortalecimento de uma atuação, tanto no campo da intervenção quanto da pesquisa, comprometida com o horizonte das transformações sociais e, portanto, alinhada com os princípios ético-políticos da categoria, qualificando o debate e a prática no que diz respeito à defesa de um outro projeto societário.

Referências

Barbier, R. **A pesquisa-ação**. Local: Liber Livro, 2004.

Baldissera, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo, **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p.5-25, 2001.

Bordenave, G. Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 487-494, set./dez. 2023.

Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na política urbana: subsídios para reflexão**. Brasília (DF): CFESS, 2016.

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais**. Brasília (DF): CFESS, 1993.

Cichoski, P. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

Deshler, D.; Ewert, M. Participatory action research: y action research tradition and major assumptions. 1995.

Diniz, T.M.R.G. Sobre a Participação: desafios para o seu exercício na atualidade. *In*: Stuchi, C.; Paula, R.F.S.; Paz, R.D.O. (org.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras Editora, 2012. (Coleção Coletâneas).

Fals Borda, O. Como investigar la realidad para transformarla [1979]. *In*: Moncayo, V. M.; Fals Borda, O. **Una Sociología Sentipensante para América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; ed. Século XXI, 2015. p. 253-302.

Fals Borda, O. La investigación de obras de los trabajadores. *In*: Herrera Farfán, N.; López Guzmán, L. (orgs.). **Ciência, compromisso y cambio social, textos de Orlando Fals Borda**. 2. ed. Montevideo: Editora El Colectivo-Lanzas y Letras – Extensión libros, 2014.

Fals Borda, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa). **Peripecias**, [S.l.], n. 110, p. 1-14, 2008.

Fals Borda, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: Brandão, C. R. (org), **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 42-62.

Fals Borda, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: Brandão, C. R. (org). **Pesquisa Participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Gomes, M. de F. C. M. Serviço Social e políticas urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 105-118, ago./dez. 2015.

Gonçalves, R. S.; Bordenave, G. Coproducción de la ciudad y la propiedad colectiva El caso del proyecto de Asistencia Técnica para Vivienda de Interés Social en la localidad de Chácara do Catumbi (Rio de Janeiro). **Revista Quid 16**, Buenos Aires, n. 20, 2023.

Gonçalves, R. S.; Vale, J. do. Propriedade coletiva e regularização fundiária: o caso da usucapião especial urbana coletiva da Chácara do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, n. 13, 2021.

Guerra, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CEAD/UnB; CFESS; ABEPSS, 2009.

Iamamoto, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; CELATS, 1993.

Jaumonto, J.; Varella, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2016.

Löwy, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

Netto, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília (DF): CEAD; ABEPSS; CFESS, 1999.

Salvador, A. C.; Gonçalves, R. S. (org). **Organizações sociais populares: educação e memória nas periferias**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

Sousa, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008.

Souza, J. F. Pesquisa-ação participante: realidades e desafios. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 15, n.1/2, p. 65-104, 1997.

Thiollent, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

Tripp, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005.

Yazbek, M. C.; Iamamoto, M. V. (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

ⁱ O projeto citado possui financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no Brasil (Processo nº 2019/13365-3), e da Agence Française de Recherche (ANR) na França. Ambos os autores participaram como pesquisadores no projeto, sendo que a primeira autora atuou como bolsista de pós-doutorado FAPESP durante o período de 01/11/2021 a 31/10/2022 (Processo nº 2021/11528-2). Os campos de pesquisa na cidade de São Paulo foram ocupações na área central e nas periferias da cidade.

Geisa BORDENAVE Trabalhou na concepção e delineamento do artigo, redação e aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Serviço Social (UFRJ). Doutorado e Mestrado em Ciências Sociais (UERJ). Pós-doutorado em Serviço Social (PUC-Rio) e em Arquitetura e Urbanismo (USP e PUC-Rio). Professora adjunta do Departamento de Política Social da FSS/UERJ.

Rafael Soares GONÇALVES Trabalhou na redação do artigo, revisão crítica e aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Direito (UFRJ). Doutorado e Mestrado em História pela Université de Paris VII e pós-doutorado em Antropologia pela EHESS. Professor associado do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ e pesquisador do CNPq.

Editoras:

Ana Targina Rodrigues Ferraz – Editora-chefe

Maria Lúcia Teixeira Garcia – Editora de Seção

Submetido em: 29/5/2024. Aceito em: 20/08/2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.